




Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Superintendência de Assuntos Fiscais



Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

1º bimestre de 2021



Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparência Fiscal do Maranhão: Ano 2021. v. 6 nº.1. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2021

ISSN 2675-7680

20

DOI ISSUE/Vol. [10.47592/RTFMA1B20216](https://doi.org/10.47592/RTFMA1B20216)

DOI. Texto. [10.47592/1bi20216](https://doi.org/10.47592/1bi20216)

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.

I. SEPLAN-MA,2019. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Brandão

Vice-Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Cynthia Mota Lima

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

Caroline Sousa de Jesus

Subsecretária de Estado do Planejamento e Orçamento

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFi

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

João Carlos Souza Marques

ELABORAÇÃO

ANALISTAS ECONÔMICOS:

Eduardo Henrique Santos Pereira

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Marcelo de Sousa Santos

TÉCNICOS E ASSISTENTES:

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

Roseane Santos Silva

APOIO TÉCNICO:

Jacksson dos Santos Pereira

REVISÃO:

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Mayara Viana dos Santos

Anna Clara Vieira Silva

EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

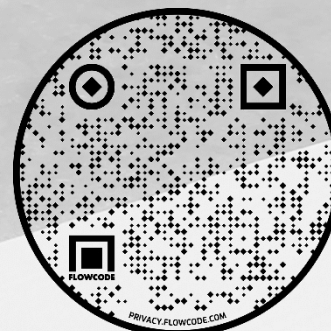
CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Fotografia Capa

([@fizzie_slz](#))

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Regional de Economia da 15ª Região – CORECON-MA





GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender as exigências legais da [Lei de Responsabilidade Fiscal \(LRF\)](#) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é dividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise do Cenário Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproximá-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais, do Maranhão e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo de análise do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e as expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público Nacional e dá enfoque aos resultados do Estado. Do lado das Receitas maranhenses, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), verificando as frustrações ou saldos orçamentários. Pelo lado das Despesas, são comparados os valores executados no ano corrente com os do ano anterior no período análogo, demonstrando os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando ao atendimento de dispositivos legais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (especialmente o art. 9º) e a [Instrução Normativa referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas – TCE \(IN nº 26 / 2011 ou de Novembro de 2011\)](#).

Boa leitura!



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

LISTA DE SIGLAS E INSTITUIÇÕES

SIGLA	SIGNIFICADO
BCB	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEMA	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAPAG	Indicador de Capacidade de Pagamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional
CNAE	Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas estruturado pelo IBGE
CNC	Confederação Nacional do Comércio
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
DBGC	Dívida Bruta do Governo Geral
DC	Dívida Consolidada
DCL	Dívida Consolidada Líquida
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DTP	Despesa Total com Pessoal
EC	Emenda Constitucional
FAPEMA	Fundo de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI/IMF	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUMACOP	Fundo Maranhense de Combate à Pobreza
FUNBEN	Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFI	Instituto Fiscal Independente
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto sobre a Renda
IRRF	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar N° 101, de 4 de maio de 2000
MP	Medida Provisória
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIS/PASEP	Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RTF	Relatório de Transparência Fiscal
SAFi	Superintendência de Assuntos Fiscais
SATEC	Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
SEFAZ-MA	Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
SEPLAN-MA	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão
SES-MA	Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão
SINFRA-MA	Secretaria de Estado da Infraestrutura do Maranhão
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE-MA	Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
TCU	Tribunal de Contas da União
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
WEO	World Economic Outlook



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR	7
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO.....	8
a. Cenário Estadual	11
3. Cenário das Finanças Públicas	12
I) Resultado Primário do Governo Central.....	12
II) Resultado Primário do Setor Público Consolidado	13
III) Finanças Públicas Maranhenses	14
a. Receitas.....	14
i. Receitas de Transferências	14
ii. Receitas Tributárias	15
iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020	16
b. Despesas	17
TÓPICOS EXTRAS.....	19



1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR

Gangorra Econômica e Fiscal: Expectativas e Realidade

O principal enfoque do Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 1º bimestre, refere-se a dicotomia entre os resultados observados e as expectativas sinalizadas por diversos *players*, nacionais e internacionais, ao colocarem na gangorra econômica e fiscal a continuidade da pandemia do novo Coronavírus, por conta de suas variantes, e as ações de políticas públicas que vão desde a execução de planos de vacinação (estaduais e municipais) à volta de medidas sanitárias que afetam o dia a dia das pessoas, como *lockdown*, isolamento social e restrição de horário das atividades do terceiro setor.

No panorama macroeconômico internacional e nacional, os agentes econômicos balizam suas expectativas com o foco sobre a tendência de alta da inflação para o Brasil e ressurgimento deste “dragão” para a economia dos EUA. Outro fator de risco doméstico decorre da volatilidade do câmbio que afeta de forma negativa as expectativas desses agentes. Para esses dois países, considerando a evolução dos riscos sinalizados, é esperado o aumento das taxas de juros.

Assim, considerando tais políticas monetárias é *mister* que a preocupação dos agentes recaia sobre a possibilidade de aumento do desemprego e tímido crescimento real do PIB mundial e nacional, o que reforça a possibilidade de revisões constantes nessas previsões ao longo do ano. O PIB do Estado do Maranhão, segundo as publicações do IMESC preveem um crescimento de 4% para 2020. Considerando inflexão nas expectativas e possíveis reversões de tendências econômica, far-se-á necessário um esforço maior sobre o setor público e suas políticas anticíclicas, que já foram postas em práticas nos anos anteriores, cujo ápice remonta ao curtíssimo prazo mediante as consequências advindas da pandemia, como alternativa para fomentar a economia.

Nesse contexto, o RFT do 1º bimestre ilustra que os resultados fiscais do Estado do Maranhão, em meio àquela conjuntura, sinalizam que tanto as receitas quanto as despesas apresentam comportamentos melhores se comparáveis aos dados realizados e aos esperados por meio dos instrumentos de planejamento. Entretanto, é pertinente trazer à baila que esses comportamentos podem sofrer um viés em função das consequências da continuidade da pandemia, mesmo com as ações de vacinação em tendência de alta.

As Receitas Correntes, neste bimestre, apresentaram crescimento (9,3%) acima do realizado em relação ao mesmo período do ano anterior; e, esperado nos instrumentos de planejamento do corrente ano, o que sugere um excesso de arrecadação momentâneo. É importante ressaltar que, embora a base comparativa do ano de 2020 esteja sob influência dos efeitos da Covid-19, até março daquele ano, os entes subnacionais ainda não haviam sido afetados, fiscalmente, sob aquele aspecto. Ademais, cumpre destacar que as principais receitas, ICMS e FPE, neste período, apresentam comportamentos positivos crescendo acima dos 13%, demonstrando que o Estado do Maranhão utilizou tais receitas para compensar outras frustrações dessa natureza, à exemplo da retração de outras receitas como FUNDEB, IPVA, CIDE entre outras.

Logo, a depender da extensão da Pandemia, iniciou-se as discussões sobre novas rodas de Auxílios da União para socorrem Estado e Municípios, sobretudo quanto aos gastos direcionados exclusivamente à saúde e assistência social. Diante disso, acende-se a luz de alerta quanto a continuidade desse comportamento das receitas e a necessidade de revisão de expectativas, conforme a percepção dos agentes econômicos.

Do ponto de vista dos gastos, é imprescindível destacar dois pontos que influenciam a análise dos dados demonstrados neste bimestre. Em primeiro lugar, é comum entre as administrações públicas que os decretos de execução estaduais sejam postergados para período seguinte, resguardando apenas as despesas obrigatórias, pagamento de Pessoal e encargos, dívidas e gastos prioritários quanto as outras despesas. E em segundo lugar, mesmo que tais gastos sejam realizados há de se observar uma letargia quanto ao registro dessas despesas, vez que a gestão pública converge esforços para o fechamento/prestação de contas do exercício anterior, fatos esses que foram superdimensionados dados efeitos da Pandemia e suas repercussões sobre os trabalhos no setor público e a necessidade de readaptações nas rotinas e procedimentos administrativos.

À despeito daquelas situações, no Exercício de 2021, o Estado do Maranhão antecipou a execução dos decretos supracitados, a reabertura dos sistemas transacionais e dos processos orçamentários, refletindo nas informações deste RFT, conforme será comentado a seguir através dos comportamentos das naturezas de despesas observáveis.

A despesa com pessoal de encargos apresentou alta, puxada sobretudo pelos crescimentos das folhas de pagamentos dos inativos (aposentados e pensionistas) e demais poderes. Ainda assim, a folha pagamentos dos servidores ativos do poder executivo permaneceu estável se comparada com a última, dezembro de 2020, o que reforça que o Estado do Maranhão está cumprindo e atendendo o que foi estabelecido pelas LC's [173](#) e [178](#).

Sobre Serviço da Dívida, juros e amortização do principal, embora conste um hiato entre os comportamentos dos períodos em relação ao primeiro bimestre, há de se ressaltar que os dados atinentes ao pagamento da dívida externa com o BofA, embora tenha sido efetivado em janeiro, no exercício de 2020 esta despesa foi registrada apenas em momento subsequente. Contudo, mesmo que a referida despesa tivesse sido registrada no mês de competência, como ocorreu neste exercício, dado a volatilidade do dólar em direção ascendente, que em 20 de janeiro de 2020 registrou R\$ 4,20 e, em 2021, perfz R\$ 5,35, ficaria evidente que esse marcador apresentaria alta.

Sobre as demais despesas como Investimentos, Inversões Financeiras e Outras Despesas Correntes, muito embora suas avaliações se coadunem com a do Serviço da Dívida, em que há uma questão temporal na regularização das despesas, da comparação entre os períodos em voga, e que somente nos próximos relatórios será possível auferir e comparar com mais acurácia tais naturezas de despesas. É imperioso destacar que, por conta da pandemia que ainda se encontra latente no Estado do Maranhão, se fez necessário ampliar os escopos de gastos com saúde, assistência social e infraestrutura como forma de amenizar os efeitos dessa doença e no afã de realizar políticas públicas para combater essa enfermidade; ao tempo que o Estado realiza pagamentos de exercícios anteriores por conta das ações e decretos direcionados à racionalização de gastos da administração pública, uma vez que o governo renegociou contratos terceirizados à luz dos mecanismos legais e em conformidade com o equilíbrio financeiro e fiscal do exercício anterior.

Por fim, conforme os dados deste RFT, permeia-se uma atmosfera de altos e baixos das variáveis econômicas e fiscais, entre dados realizados pelo Estado e as expectativas dos agentes econômicos, mediante a extensão da pandemia, ora estando por cima (expectativa positiva) e ora, por baixo (viés negativo), tal como se estivéssemos numa gangorra.



2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2021 inicia com perspectiva positiva em relação aos ocorridos em 2020, o crescimento esperado para economia mundial projetado pelo [Fundo Monetário Internacional em janeiro foi de 5,5%](#), puxado pela forte retomada das economias avançadas, do pujante crescimento chinês e da recuperação econômica dos demais emergentes.

Dentre os vetores para essa expectativa de crescimento, destacam-se:

a) o efeito base fraca, provocado pelo mercado reprimido em 2020, menor atividade econômica devido aos *lockdowns*, distanciamento social e outras medidas restritivas em contraposição com a retomada das atividades em 2021;

b) a rápida recuperação nos preços das *commodities* a partir do segundo semestre 2020, destacadamente alimentícias/agrícolas, mineral-metálicas e energéticas;

c) dos gastos dos Governos com medidas anticíclicas, políticas públicas de assistência social e em infraestrutura; e

d) políticas monetárias, condições de crédito e financiamento direcionadas a prestar apoio para recuperação econômica, com linhas de subsídio e taxas de juros mais baixas.

Contudo nesse panorama, também há vetores de risco e preocupação para os países – que podem afetar drasticamente o desempenho da recuperação econômica:

a) frustrações na velocidade da produção, distribuição e aplicação das vacinas podem resultar em perdas de confiança e maiores impactos na saúde pública derivados de novas ondas de contaminação, decorrendo em novas ou na continuidade de medidas restritivas;

b) a valorização dos preços dos alimentos e das *commodities* energéticas que costumam resultar em impactos inflacionários, e sobretudo, por sua forte inelasticidade em relação aos preços – por serem bens em sua maioria essenciais para manutenção da atividade econômica e subsistência tais oscilações acabam afetando a renda disponível da população, reduzindo consumo e poupança, e, majoritariamente prejudicando a condição de vida das famílias de baixa renda;

c) o crescimento do nível de endividamento e gasto público, as medidas anticíclicas para combate a pandemia resultaram em um forte aumento nos gastos públicos, seja através de transferências de renda, auxílios, políticas para geração de emprego, seja por apoio

“O impacto inflacionário nacional poderá ser um forte redutor do crescimento econômico potencial mitigando ainda mais a recuperação do mercado interno nacional.”

as redes de saúde, aquisição de materiais e até mesmo das vacinas.

No Brasil, esse cenário, deve afetar diretamente o desempenho da economia nacional. O mesmo relatório do FMI, aponta que o país deverá crescer 3,6% em 2021, e esta Superintendência de Assuntos Fiscais – SAFi/SEPLAN, também acredita na retomada

econômica para o ano corrente, contudo, com ressalvas quanto ao processo em decorrência da estrutura e da conjuntura econômica.

Ao passo que a atividade econômica brasileira vem apresentando sinais de recuperação, esse vem sendo concentrado nas atividades do setor primário e exportador, fortalecidos pela subida das *commodities* e uma taxa de câmbio ainda fortemente desvalorizada; a taxa de desocupação no país registrou para o trimestre (dez/jan/fev) 14,4%, com registro de alta em relação aos três meses anteriores (out/nov/dez), indicando que a recuperação econômica ainda que gradual não impactou significativamente em novos postos de ocupação. Como consequência, deve-se observar que o mercado interno consumidor ainda está bastante fragilizado.

Simultaneamente, o impacto inflacionário na renda brasileira deverá ser significativo – seja por intermédio do *pass-through* cambial para insumos e bens essenciais, como através do aumento dos preços das *commodities* agrícolas e alimentícias. Esse impacto inflacionário nacional poderá ser um forte redutor do crescimento econômico potencial mitigando ainda mais a recuperação do mercado interno nacional.

Em paralelo, como será observado posteriormente em [Resultado Primário do Governo Central](#), os Gastos do Governo Federal se ampliaram drasticamente, aumentando a dívida pública. Com o crescimento da inflação, o Banco Central vem apresentando indícios de mudança na política monetária de juros baixos – atualmente de 4% conforme o [último Relatório Focus](#) em um momento crucial para a recuperação do investimento, visando o controle da inflação e a captação de recursos para os Títulos Públicos, aumentando a taxa de juros que estimamos que possa chegar a 6% ainda em 2021. Embora o mesmo relatório traga expectativa de IPCA para 3,87%, já se discute, desde 2020, a tendência de registrar 6,5% ou mais em 2021.

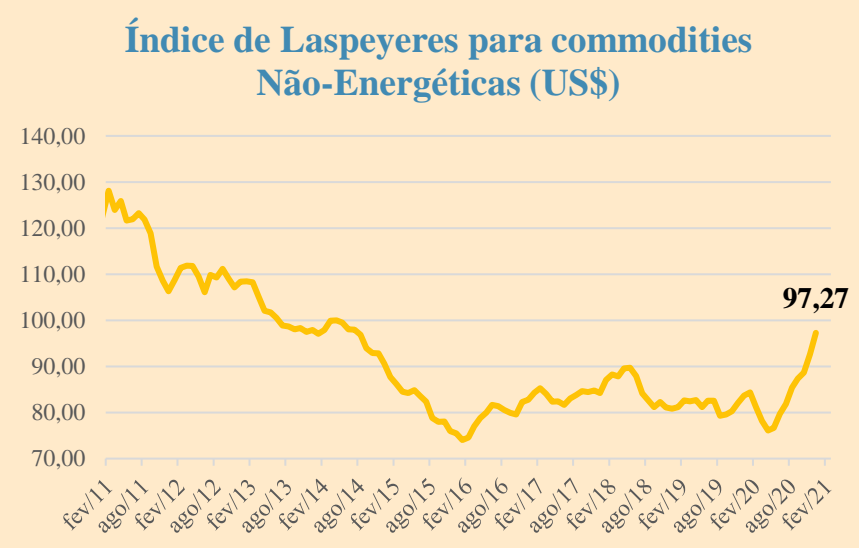
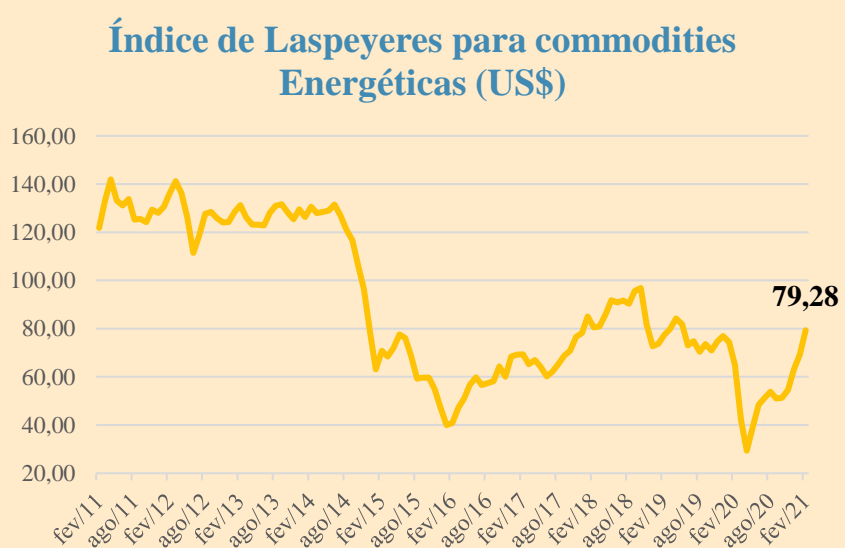
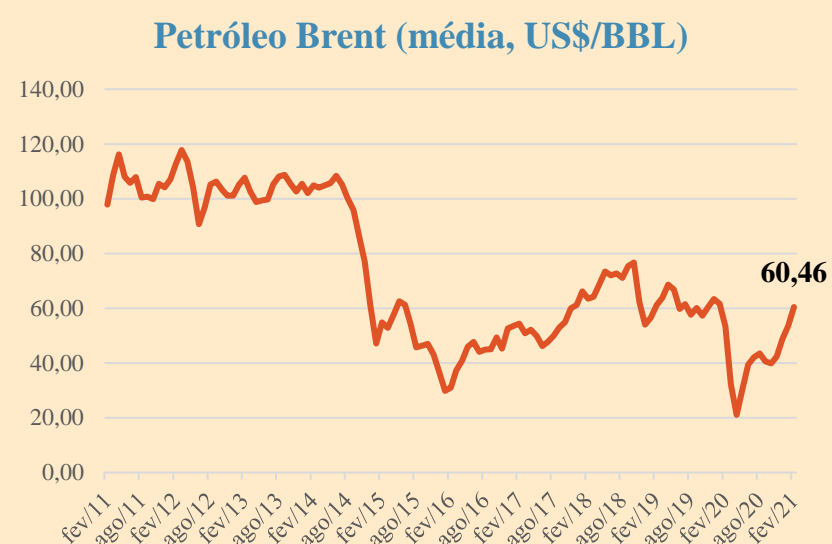
Por um lado, essa estratégia pode proporcionar eventual redução na taxa de câmbio, mitigação dos efeitos do aumento dos gastos públicos e atrair novos investidores estrangeiros, por outro, ampliará o montante pago com juros da dívida pelo Governo Federal nos próximos anos e enrijecendo-o para novas políticas contracíclicas e estruturantes que podem ser essenciais para fomentar o mercado interno. Ainda assim, há possibilidade de novos auxílios emergenciais de transferência de renda para a população em situação de vulnerabilidade.

A manutenção das políticas expansionistas se transformou numa realidade global e adoção de estratégias keynesianas voltaram à tona para enfrentar a pandemia. A expansão dos mercados mundiais e a retomada dos investimentos nos países vai depender do comportamento das políticas monetárias e fiscais do pós pandemia. Ameaças de novas altas nas taxas de juros americanas devem reforçar a necessidade de ampliação dos juros nos países emergentes para atrair investimentos estrangeiros no futuro. Dessa forma a expectativa para o Brasil, é de aumento da inflação, das taxas de juros, da dívida pública e manutenção das taxas de câmbio em patamares acima de R\$ 5 reais por dólar em 2021, contudo, abaixo do padrão atual.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO DE FEV/2011 ATÉ FEV/2021

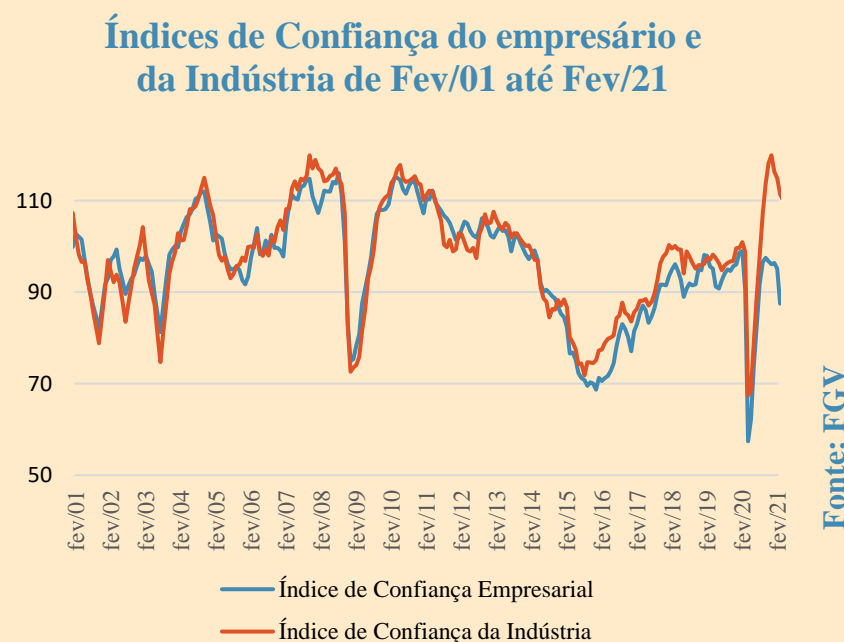
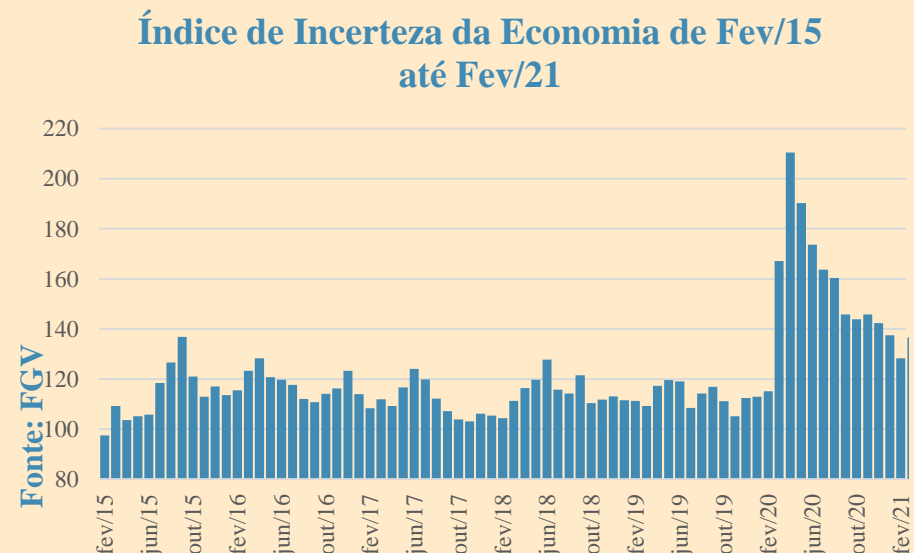
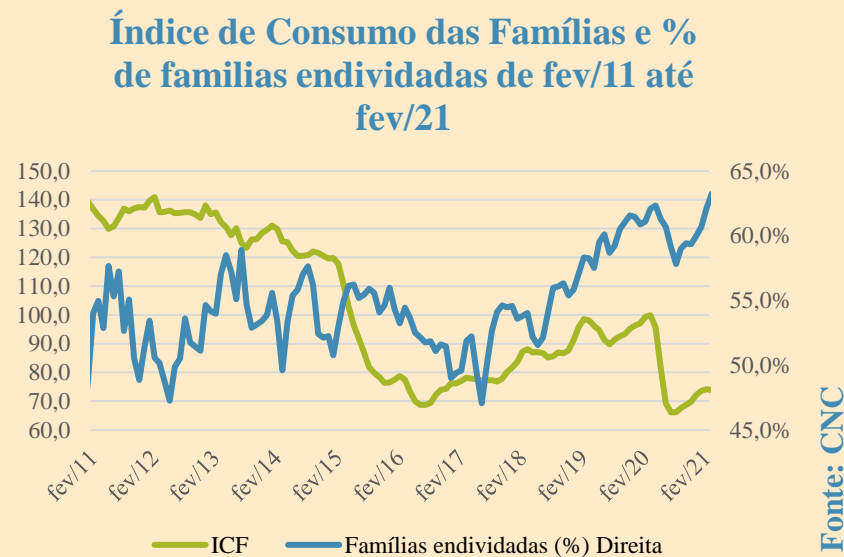
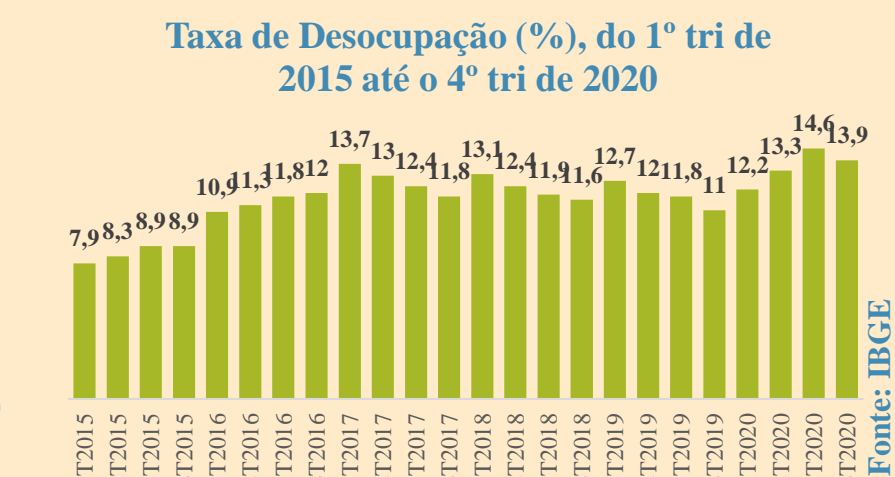
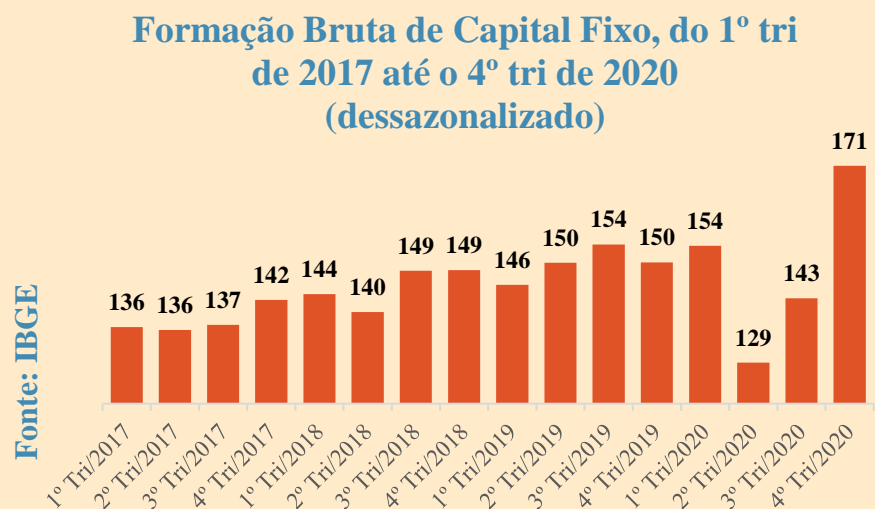
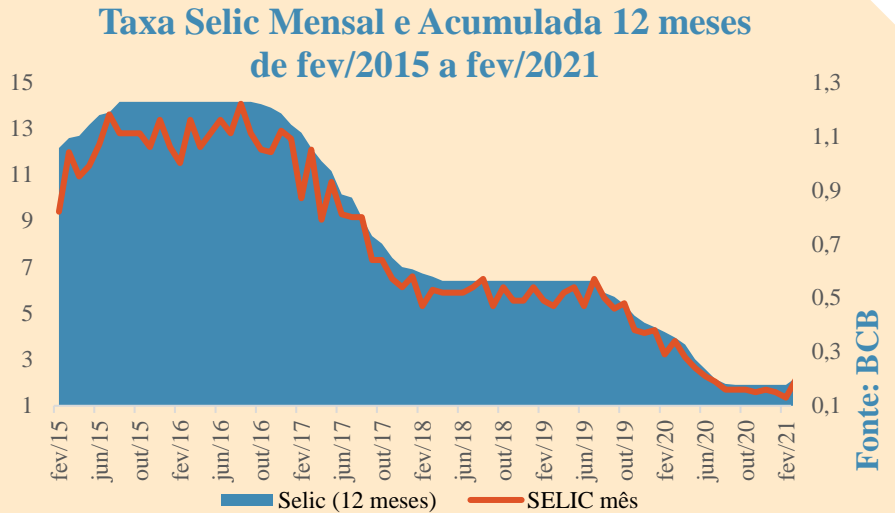
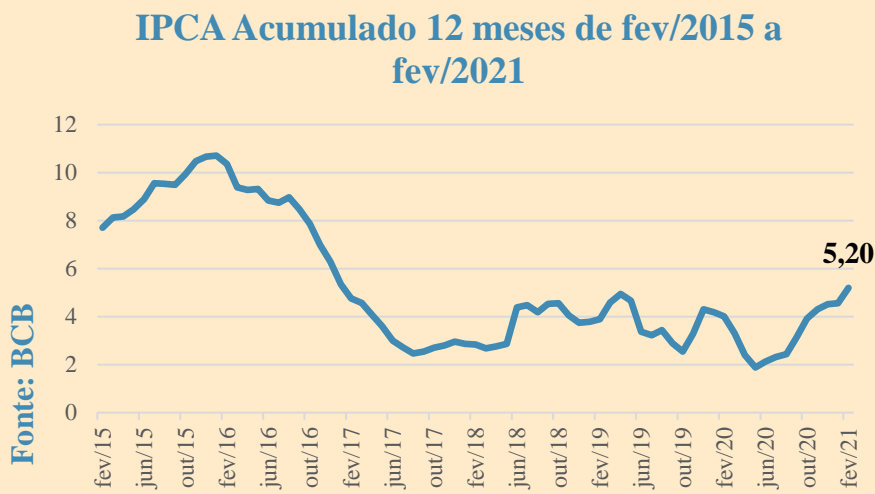


Fonte: Banco Mundial – mar/2021



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

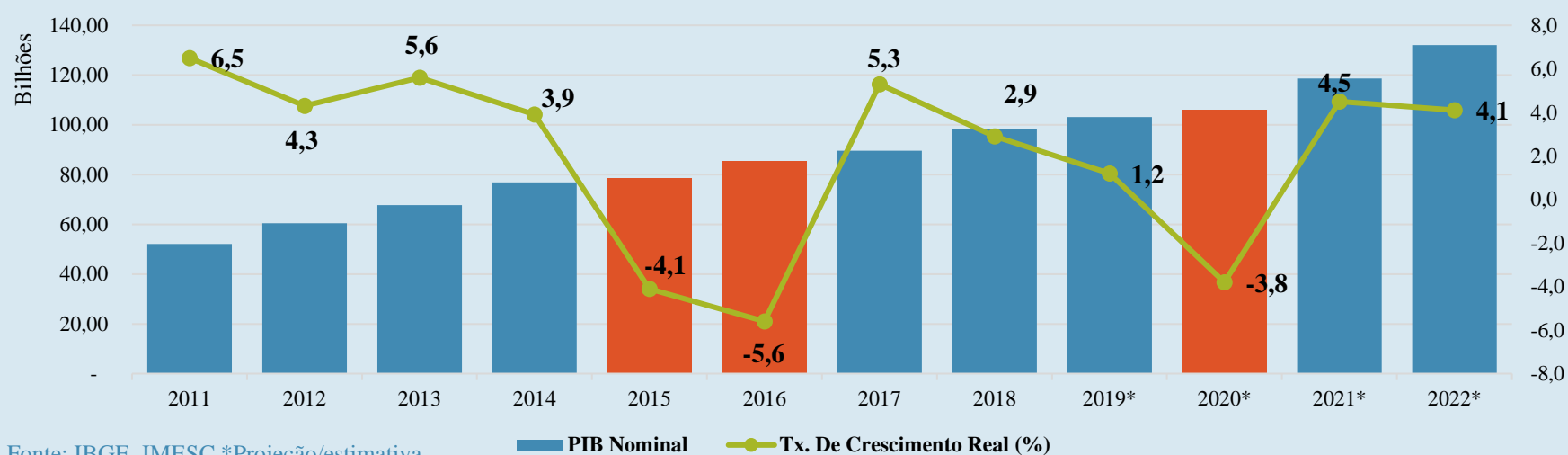
PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS



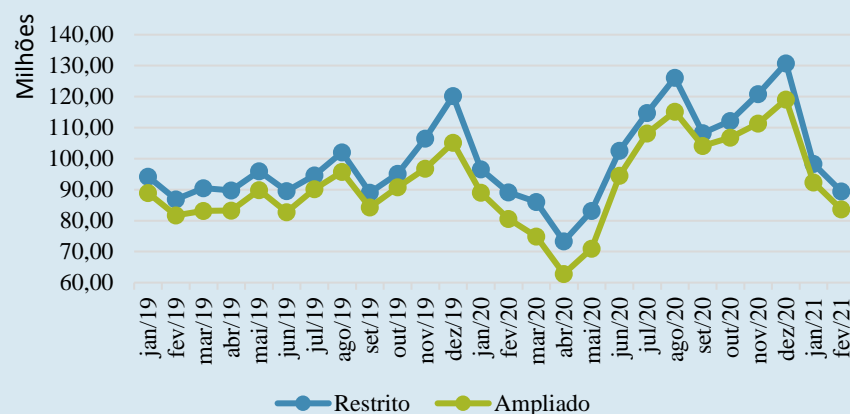


a. Cenário Estadual

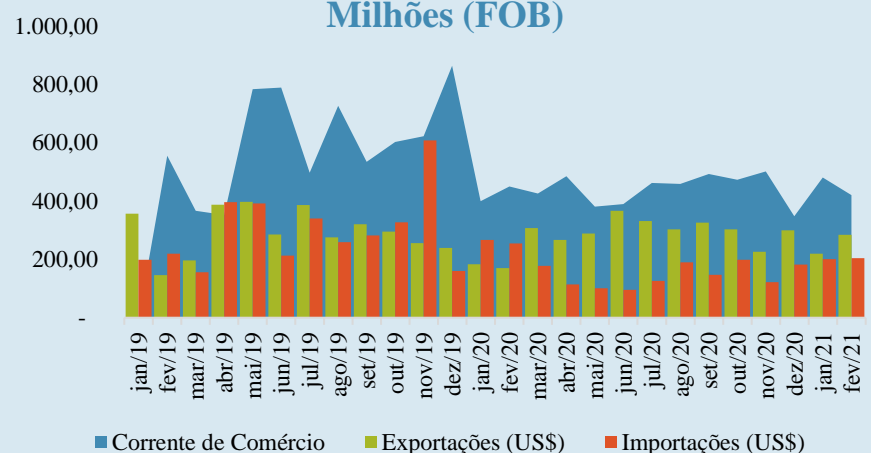
Evolução do Produto Interno Bruto do Maranhão Valores absolutos e Taxa de Crescimento de 2011 até *2022, em R\$ Bilhões



Evolução do Volume de Vendas do Varejo Restrito e Ampliado no Maranhão, em R\$ milhões



Evolução mensal da balança comercial maranhense de jan/19-Fev/21 em US\$ Milhões (FOB)



A primeira avaliação do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC no que tange à estimativa para o crescimento do PIB maranhense é de 4% para 2021. A expectativa positiva pondera os efeitos de uma base fraca em 2020, mas também reitera a forma em que o Estado vem agindo no combate à COVID-19 que resultou no melhor indicador para a taxa de mortalidade por COVID-19 do país, reduzindo a possibilidade de *lockdowns* e a extensão das medidas restritivas, possibilitando a retomada das atividades de forma mais acelerada.

Além disso, o setor externo deverá puxar o crescimento no Estado assim como do Brasil, os preços das *commodities* agrícolas e minerais e a taxa de câmbio ainda elevada deverão ser vetor positivo para o comércio exterior estadual; ao passo que os preços dos combustíveis somado à recuperação econômica deverão ampliar a arrecadação de ICMS permitindo a manutenção das políticas públicas estaduais.

Contudo, assim como no cenário nacional, deve-se considerar que os impactos no mercado interno maranhense de um crescimento econômico pautado no comércio exterior são reduzidos, gerando poucos novos empregos e baixa distribuição de renda, dessa forma a melhora no PIB em 2021 poderá não ser traduzido em crescimento distribuído na economia, tais resultados podem ser observados na continuidade da queda no volume de vendas do Varejo Restrito e Ampliado nos meses de janeiro e fevereiro para um patamar abaixo do registrado em meados de 2020.

Não obstante, há o impacto observado no fim dos auxílios emergenciais proporcionados pelo Governo Federal e que ampliaram a distribuição da renda, sobretudo, nos Estados com amplo contingente de extremamente pobres, no qual o Maranhão se enquadra. Ao observar esse panorama deve-se reiterar a necessidade de manutenção das políticas públicas para fomentar o aquecimento da demanda interna, geração de emprego e renda, distribuição de recursos e assistência social para amparar os impactos, muitos dos quais os Governo Estadual e algumas prefeituras municipais vem tentando desenvolver e manter, apesar dos recursos escassos e do descompasso entre as esferas de governo, destacadamente com a Federal, dificultando a otimização dos recursos públicos.

Nesse panorama o processo de vacinação que deverá avançar nos próximos meses será determinante para permitir a retomada e definir o grau do crescimento econômico, tensões quanto as novas ondas e variantes e possíveis novos *lockdowns* e atenuação da efetividade das vacinas são vetores que atuam no sentido contrário da recuperação econômica. A volta da demanda interna vai depender de como as novas medidas de restrição vão agir mediante a continuidade da pandemia e durante as vacinas. Os Governos devem buscar a cooperação federativa, internacional e privada para ampliar a capacidade de ação e pensar em mecanismos de atração de investimentos e financiamentos de projetos de infraestrutura com alta capacidade de mobilização da mão de obra e potencialização da economia.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOIRO E CONTABILIDADE

3. Cenário das Finanças Públicas

I) Resultado Primário do Governo Central

Demonstrativo de Receitas e Despesas Governo Central - Em R\$ Milhões

Discriminação	1º Bimestre		1º Bimestre	
	2020	2021	Var. R\$	Var. %
1. RECEITA TOTAL	289.760,60	311.888,53	22.127,93	7,64
1.1 Receita Administrada pela RFB	192.256,82	211.409,49	19.152,68	9,96
1.2 Incentivos Fiscais	-	-	-	-
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	65.703,85	67.620,36	1.916,52	2,92
1.4 Receitas Não Administradas pela RFB	31.799,94	32.858,67	1.058,74	3,33
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	55.664,40	60.948,53	5.284,13	9,49
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	43.479,64	49.834,03	6.354,40	14,61
2.2 Fundos Constitucionais	1.175,78	816,03	-359,75	-30,60
2.3 Contribuição do Salário Educação	2.767,40	2.889,26	121,86	4,40
2.4 Exploração de Recursos Naturais	7.869,42	7.143,29	-726,14	-9,23
2.5 CIDE - Combustíveis	206,41	92,90	-113,51	-54,99
2.6 Demais	165,75	173,02	7,27	4,38
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	234.096,20	250.940,00	16.843,80	7,20
4. DESPESA TOTAL	215.821,41	228.583,63	12.762,22	5,91
4.1 Benefícios Previdenciários	99.370,96	104.694,25	5.323,29	5,36
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	51.348,19	52.112,44	764,25	1,49
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	33.887,13	41.935,86	8.048,73	23,75
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	31.215,13	29.841,08	-1.374,05	-4,40
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	18.274,79	22.356,37	4.081,58	22,33
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	2.434,10	1.037,90	-1.396,20	-57,36
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-2.132,59	-2.745,99	-613,41	28,76
8. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (5 + 6 + 7)	18.576,30	20.648,27	2.071,97	11,15
Resultado Primário/PIB	0,02	0,02	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

No acumulado até fevereiro de 2021, o resultado do Governo Central registrou superávit primário de R\$ 22,35 bilhões (+22,3%) em comparação ao mesmo período do ano passado. Segundo estudo do [Instituto Fiscal Independente - IFI](#), o resultado positivo nos dois primeiros meses do ano, reflete um crescimento relativo maior da arrecadação em relação à despesa primária total. Porém, essa tendência ainda é incerta, pois há o risco de novas medidas restritivas e distanciamento social, resultando em impactos sobre as receitas, bem como do aumento das despesas, não apenas com eventos relacionados ao combate à pandemia, mas também com ações já previstas no Orçamento de 2021.

Ademais, a trajetória esperada para a atividade econômica pode ser comprometida no terceiro e no quarto trimestres do ano, caso a vacinação não avance mais rapidamente. Uma tendência de crescimento nos casos da covid-19 obriga os estados a adotarem medidas de restrição à circulação de pessoas, afetando os indicadores de atividade. E ainda que não sejam impostas restrições às atividades, o aumento das mortes faz com que as próprias pessoas passem a sair menos de casa para utilizar serviços que provoquem aglomerações. Os resultados deste somatório podem ser alta do desemprego, da inflação e o agravamento do rombo das contas públicas.

A Receita Total registrou variação de R\$ 22,12 bilhões (+7,63%) no 1º bimestre de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020. Desse montante, R\$ 19.152,68 milhões correspondem à Receita Administrada pela RFB, com acréscimo de +9,96% sobre o primeiro bimestre de 2020. A rubrica de Outras Receitas Administradas pela RFB, por sua vez, registrou contração de R\$ -269,06 milhões (-5,7%).

Em termos nominais, a Receita Líquida cresceu R\$ 16.843,80 milhões (+7,19%) e a Despesa Total aumentou R\$

12.762,22 milhões (+5,91%), frente aos dois primeiros meses do ano passado. Em proporção do PIB, a receita líquida cresceu 0,57 p.p entre os dois primeiros meses de 2020 (19,07%) e igual período de 2021 (19,64%). Para o [Relatório Mensal do Prisma Fiscal](#)¹, a mediana das projeções de mercado para esta variável, contida no relatório de fevereiro 2021, é de R\$ 1.328,5 bilhões para este ano.

O IPI registrou alta de R\$ 2.445,9 milhões (+30,12%). Segundo o [Tesouro Nacional](#), o resultado foi influenciado pelo crescimento de 4,46% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, assim como pelo acréscimo de 2,28% na produção física industrial de janeiro de 2021, em relação a janeiro de 2020 (conforme Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física/IBGE).

O Imposto de Renda cresceu R\$ 7.472,03 milhões (+8,28%) no primeiro bimestre do ano. O resultado é explicado pelo aumento no Imposto de Renda Pessoa Jurídica em R\$ 1.805,67 milhões em termos nominais (+16,97%). Soma-se a isto, os acréscimos reais na estimativa mensal (53,46%), no balanço trimestral (63,96%) e na declaração de ajuste anual (178,58%), conforme relatório do [Tesouro Nacional](#).

O FPM / FPE / IPI-EE também apresentou resultado positivo no 1º bimestre do ano. O crescimento foi de R\$ 6.354,40 milhões (+14,61%). Os valores são decorrentes da elevação conjunta dos tributos compartilhados (IR e IPI) em janeiro e fevereiro, quando comparados com o mesmo período de 2020.

As despesas com Abono e Seguro Desemprego registraram aumento de R\$ 3.800,77 milhões (+30,9%) no acumulado dos dois primeiros meses do ano. O crescimento é explicado pelo aumento do Abono Salarial (+R\$ 4.157,2 milhões; +72,7%) e pela alteração do calendário de pagamentos, que foi antecipado de março para fevereiro.

¹ O Prisma Fiscal é um sistema de coleta de expectativas de mercado elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), para acompanhar a evolução das principais

variáveis fiscais brasileiras: arrecadação das receitas federais, receita líquida do governo central, despesa total do governo central, resultado primário do governo central e dívida bruta do governo geral.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

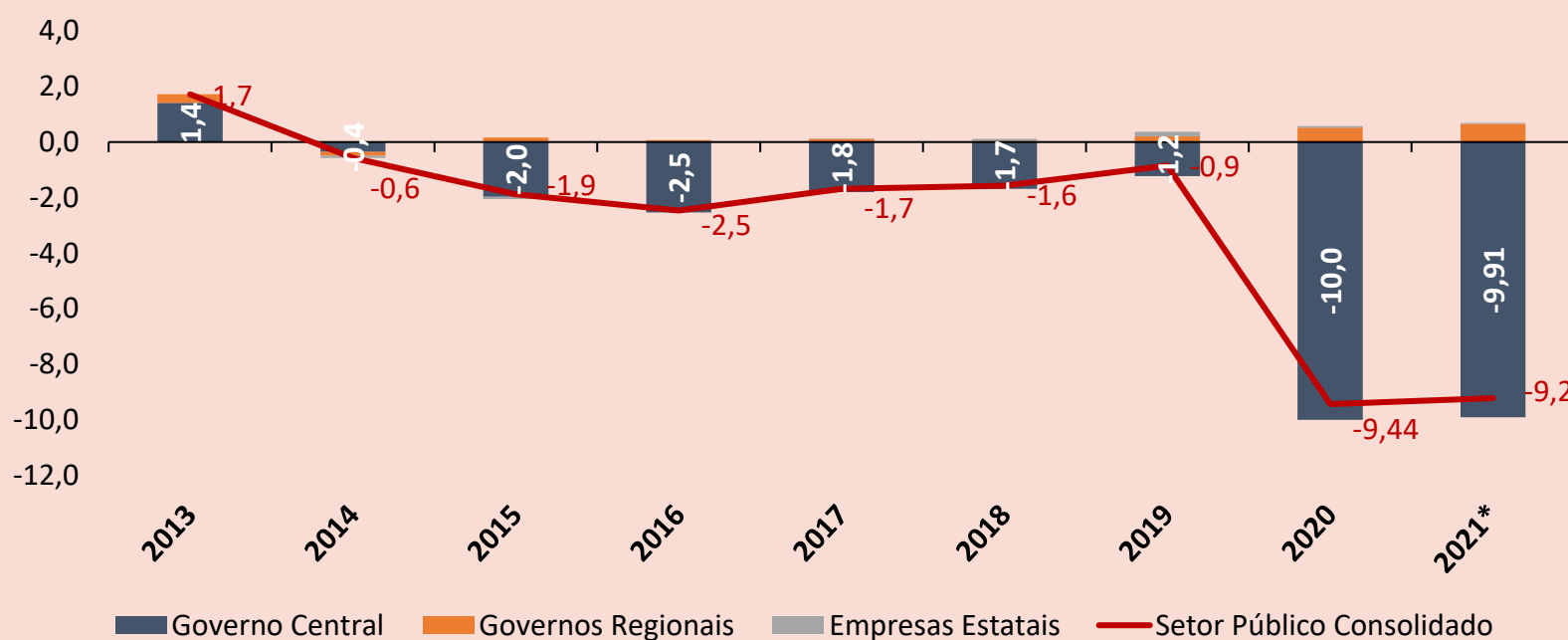
Os Créditos Extraordinários (exceto PAC) apresentaram alta de R\$ 2.883,98 milhões (+3050,5%), explicada principalmente pela execução dos restos a pagar, associado às medidas de combate à pandemia da Covid-19 realizados ao longo de 2020, com destaque para: (i) despesas adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 1,5 bilhão); (ii) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 393,8 milhões); (iii) Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 356,7 milhões); e (iv) aquisição de vacinas (R\$ 719,6 milhões). Ainda em relação ao gasto com aquisição de vacinas, houve incremento expressivo no montante entre janeiro (R\$ 75,9 milhões) e fevereiro (R\$ 643,7 milhões), conforme relatório do [Instituto Fiscal Independente](#).

Já os subsídios, Subvenções e Proagro apresentaram redução de -R\$ 1.290,16 milhões (-39,4%), explicada pela queda em fevereiro no Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (-R\$ 165,2 milhões), no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro (-R\$ 133,4 milhões), no PNAFE (-R\$ 139,53 milhões) e nos retornos dos demais subsídios em janeiro de 2021, conforme Tesouro Nacional.

A queda na rubrica em Discricionárias alcançou os -R\$ 3.945,89 milhões (-33,06%), consequente da redução de R\$ 1.140,6 milhões (-52,8%) na função Educação, R\$ 493,3 milhões (-33,6%) na função Saúde e R\$ 209,4 milhões (-38,7%) na função Administração.

II) Resultado Primário do Setor Público Consolidado

Evolução do Resultado primário do setor público consolidado em % do PIB de 2013 até 1º bimestre de 2021



Fonte: BCB

No acumulado do primeiro bimestre de 2021, o resultado primário do setor público consolidado registrou superávit de R\$ 46,6 bilhões, em comparação ao superávit de R\$ 35,4 bilhões no mesmo período do ano anterior. O governo central foi responsável por um déficit de R\$ 22,5 bilhões (3,5% do PIB), em fevereiro, enquanto os governos regionais e as empresas estatais registraram superávit de R\$ 10,5 bilhões e R\$ 212 milhões, respectivamente.

Os juros nominais do setor público consolidado somaram R\$29,2 bilhões em fevereiro frente aos R\$28,5 bilhões do mesmo mês de 2020. Já o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$41,0 bilhões em fevereiro. O [Instituto Fiscal Independente](#) considera que a trajetória do resultado nominal poderá piorar em 2021, dependendo da evolução da pandemia e da atividade econômica nos próximos meses. No cenário da IFI, o déficit nominal cai de 13,6% do PIB, em 2020, para 7,3% do PIB, em 2021.

Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

A Dívida Líquida do Setor Público, alcançou R\$4.619,6 bilhões (61,6% do PIB), elevando o PIB no mês em 0,2 p.p. Esse resultado foi reflexo dos impactos do déficit primário (+0,2 p.p), dos juros nominais apropriados (+0,4 p.p), da desvalorização do câmbio em 1% (-0,2 p.p) e da queda do PIB nominal (-0,3 p.p), conforme [Banco Central do Brasil \(BCB\)](#).

A Dívida Bruta do Governo Geral (que compreende Governo Federal, INSS e os governos estaduais e municipais), somou R\$ 6.44,2 bilhões em fevereiro (equivalente a 90% do PIB) e aumento de 0,6 p.p do PIB em relação ao mês anterior. Esse crescimento é fruto das emissões líquidas de dívida (+ 0,5 p.p.), da incorporação de juros nominais (+ 0,4 p.p.), e do efeito do crescimento do PIB nominal (- 0,4 p.p), de acordo com o BCB.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

III) Finanças Públicas Maranhenses
a. Receitas

Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 1º bimestre de 2020 e 2021 - Valores em milhões, variação em (%)

Rótulos de Linha	Acum. do ano Jan-Fev		Fevereiro		Var. Absoluta	Var. %
	2020 (a)	2021 (b)	2020	2021	(b)-(a)	(b)/(a)
Receitas Correntes	3.823,52	4.181,34	1.918,56	2.292,82	357,82	9,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.730,45	1.985,46	805,35	966,14	255,01	14,7
ICMS	1.465,35	1.674,46	645,81	730,49	209,11	14,3
IPVA	146,05	132,23	103,03	97,51	-13,81	-9,5
ITCD	4,37	5,12	2,07	2,62	0,75	17,2
IRRF	51,21	115,93	20,93	85,51	64,72	126,4
Taxas	63,48	57,72	33,51	50,02	-5,76	-9,1
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Contribuições	29,79	71,74	21,30	65,13	41,95	140,8
Receita de Serviços	0,04	0,06	0,03	0,05	0,02	47,8
Receita Patrimonial	9,20	7,48	6,50	2,59	-1,72	-18,7
Transferências Correntes	2.032,01	2.087,09	1.075,13	1.241,85	55,08	2,7
CIDE	6,20	3,12	0,00	0,07	-3,08	-49,7
FPE	1.500,17	1.707,11	884,67	964,24	206,94	13,8
SUS	83,55	111,98	35,73	35,15	28,43	34,0
FUNDEB	356,06	208,26	132,23	208,26	-147,80	-41,5
Outras Transferências Correntes	86,04	56,61	22,50	34,13	-29,43	-34,2
Outras Receitas Correntes	22,02	29,50	10,25	17,05	7,48	34,0
Receitas Correntes - INTRA	37,66	49,67	27,69	46,85	12,02	31,9
Receitas de Capital	57,51	20,61	56,64	20,50	-36,89	-64,2
Operações de Crédito	38,90	20,50	38,90	20,50	-18,40	-47,3
BID/PROFISCO	0,00	0,50	0,00	0,50	0,50	-
Banco do Brasil/BNDES/Gov. do Estado	38,90	20,00	38,90	20,00	-18,90	-48,6
Caixa Econômica Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Alienação de Bens	0,87	0,00	0,00	0,00	-0,87	-100
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Transferências de Capital	0,14	0,11	0,14	0,00	-0,03	-21,2
Outras Receitas de Capital	17,60	0,00	17,60	0,00	-17,59	-99,97
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	0,00	102,75	0,00	0,00	102,75	-
Deduções (-)	933,98	1.044,33	483,25	521,57	110,35	11,8
Total Geral	2.984,70	3.310,04	1.519,63	1.838,60	325,34	10,9

Fonte: SEPLAN/MA

Em relação ao 1º bimestre de 2021, as Receitas Correntes apresentaram crescimento de R\$ 357,8 milhões (+9,36%). Os impostos, taxas e contribuições de melhoria elevaram-se em R\$ 255,01 milhões (+14,73%) em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com o [Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo \(ACSP\)](#)², o somatório dos tributos arrecadados em 2021 pelos governos federal, estaduais e municipais nos primeiros meses do ano aponta que os brasileiros devem pagar mais dinheiro aos cofres públicos do que pagaram em 2020. Os fatores determinantes para esse alcance estão o aumento da inflação, a desvalorização do real frente ao dólar e a alta da economia em alguns setores como os relacionados ao aumento das importações, à indústria, à saúde, aos grandes varejistas e ao comércio considerado não essencial. A Receita Total manteve saldo positivo nas contas, e crescimento em relação ao 1º bimestre de 2020, registrando aumento de R\$ 325,34 milhões (+ 10,90%).

i. Receitas de Transferências

O FPE que vinha apresentando sucessivas quedas ao longo de 2020, registrou aumento na arrecadação. A transferência foi de R\$ 206,94 milhões a mais (+13,79%) no 1º bimestre de 2021 em comparação com o mesmo período do ano passado. Esse aumento é fruto da melhora na arrecadação da Parcela de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da Parcela de Imposto de Renda

(IR), que compõem o Fundo. Na arrecadação do IPI e do IR estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa).

Sabe-se que apesar das medidas de combate à Covid-19 realizadas desde o início da pandemia, os estados ainda necessitam de grande apoio na área da saúde a fim de minimizar o máximo possível as consequências do agravamento da doença, visto que novas cepas do vírus já foram detectadas em alguns estados do país e que esta batalha ainda não está vencida por completo. Por conta disto, as transferências do SUS seguem a mesma tendência dos últimos meses de 2020 e mantém variação positiva no acumulado do 1º bimestre de 2021, resultando em um acréscimo de R\$ 28,43 milhões (+34,03%) em relação ao mesmo período de 2020.

Já em relação ao FUNDEB, este apresentou variação positiva de R\$ 12,40 milhões³ (+3,48%) nos dois primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano anterior. A tendência oposta verificou-se para a rubrica de Outras Transferências Correntes, com decréscimo de -R\$ 29,42 milhões (-34,2%). As Receitas de Capital também registraram queda de -R\$ 36,89 milhões (-64,15%), consequente em grande parte da variação negativa nas Operações de Crédito (-R\$ 18,40 milhões; -47,3%).

Apesar das quedas registradas, ainda assim a Receita Total manteve saldo positivo no 1º bimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, representada por uma elevação de R\$ 325.344.273,91 bilhões (+ 10,9%).

² O Impostômetro os dados utilizados pela Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Caixa Econômica Federal, Tribunal de Contas da União e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As receitas dos estados e do Distrito Federal são apuradas com base nos dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), das Secretarias Estaduais de Fazenda, Tribunais de Contas dos Estados e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. As arrecadações municipais são obtidas por meio dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, dos municípios, que divulgam seus

números em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, dos Tribunais de Contas dos Estados. Disponível em: <https://impostometro.com.br/>.

³ Apesar dos valores do FUNDEB registrarem aumento, nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO do 1º bimestre de 2020 e 2021 os valores são ligeiramente menores e assinalam frustração na comparação interanual dos bimestres, isso se deve à atraso no registro uma parcela das transferências pela SEDUC que registrou parte do valor no 2º bimestre.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREIRO E CONTABILIDADE

ii. Receitas Tributárias

O IPVA, apresentou queda de -R\$ 13,81 milhões (-9,46%) em relação ao primeiro bimestre do ano passado. Em dezembro de 2020, A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) divulgou o calendário do IPVA para 2021, determinando que o vencimento da cota única seja junto com a primeira cota do imposto, com vencimento para o mês de março, o que explica a variação negativa na arrecadação para o primeiro bimestre do ano. Os consumidores cadastrados no programa Nota Legal (que possuem créditos), têm o benefício de abater em até 50% o valor do IPVA 2021. Os pagamentos que foram realizados até o dia 26 de fevereiro, além do valor do crédito Nota Legal disponível também tiveram um abate de 10%.

Destaque também para Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, que registraram aumento na arrecadação, representado pela variação positiva de R\$ 255,01 milhões (+14,7%) em relação ao 1º bimestre de 2020.

O ICMS, que registrou crescimento de R\$ 209,11 milhões (+R\$ 14,27%) no 1º bimestre do ano. A explicação é decorrente da alta do preço do petróleo e consequentemente dos combustíveis, a comercialização e importação de fertilizantes além do câmbio elevado. Soma-se a isto o fato de que, com o afrouxamento das medidas de distanciamento social, grande parte das empresas voltaram à atividade, influenciando o resultado positivo para arrecadação do ICMS.

Por conta do crescimento na arrecadação do ICMS logo nos primeiros meses de 2021, houve uma tendência a crer que esse montante teve fruto na elevação do ICMS sobre combustíveis a partir de alguma lei assim prevista para o ano corrente.

Porém, contrariando essa perspectiva, o Governo do Maranhão ressaltou que não há nova lei com aumento do ICMS sobre combustíveis, e que o estado não interfere nos reajustes determinados pela Petrobras. Corroborando com esta análise, o [Secretário de Estado da Fazenda do Maranhão, Marcellus Ribeiro Alves](#) salientou que o reajuste de preços dos produtos baseados na paridade do comércio internacional, repassa ao consumidor toda a instabilidade do cenário externo e dos mercados financeiros internacionais, além da fragilidade da moeda nacional.

No 1º bimestre de 2021 o setor Primário apresentou somatório na arrecadação tributária de R\$ 9,81 bilhões e crescimento de +1,90 % em relação ao mesmo período de 2020.

A arrecadação sobre o cultivo de Soja embora tenha apresentado variação negativa de -R\$ 148,7 milhões (-11,48%) em comparação ao 1º bimestre de 2020, foi o grupo que apresentou maior arrecadação no período considerado, com um somatório de R\$ 1.147.212,55 bilhões. O resultado é decorrente da alta na produção nacional (ver Tópico Extra).

Destacam-se também a produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto, somatório de R\$ 243.700,94 milhões e o Cultivo de cana-de-açúcar, com somatório de R\$ 219.737,29 milhões. Resultado favorecido em grande parte pelas condições climáticas registradas ao longo do ciclo (ver Tópico Extra).

Mesmo não apresentando uma das 3 maiores arrecadações do grupo, o Cultivo de Caju foi o que apresentou maior variação em relação ao 1º bimestre do ano anterior, com crescimento equivalente a +R\$ 4.758,03 milhões (1.536,34%). Seguindo a mesma tendência também se encontram no ranking das maiores variações positivas, a rubrica do Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente, com crescimento de + R\$ 12.923,86 milhões (+1.364,08%) e Produção de sementes certificadas, exceto

de forrageiras para pasto, com crescimento de +R\$ 218.459,80 milhões (+865,49%).

Em relação ao setor Secundário, este apresentou somatório de R\$ 678,86 milhões (+6,48%). O grupo da Indústria de Transformação foi o que teve maior contribuição no saldo, representado por um crescimento de +R\$ 272,05 milhões (+22,67%) em relação ao 1º bimestre de 2020. As atividades de maior peso na arrecadação foram:

- Frigorífico – abate de bovinos: +R\$ 22,751 milhões; +18,26%.
- Frigorífico – abate de ovinos e caprinos: +R\$ 5,233 milhões; +206,35%.

O setor Terciário também manteve saldo positivo e foi o setor de maior arrecadação no bimestre considerado com montante de R\$ 966,67 milhões e representado pela elevação de +R\$169,21 milhões (+21,22%). Os grupos que mais contribuíram para este aumento foram:

- Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (+R\$ 18,732 milhões; + 81,5%). Este mostrou-se como o segmento de mais destaque no grupo, e conforme observa-se os números, conseguiu evitar a queda na arrecadação das receitas no período de isolamento social.
- Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante (+R\$ 12,453 milhões; +116,3%). O segmento cresceu consideravelmente em relação ao 1º bimestre do ano passado, consolidando-se juntamente com o segmento alimentício, como uma das atividades mais importantes para a contribuição da recuperação econômica.
- Serviços de telefonia fixa comutada – STFC (+R\$ 37,258 milhões; +146,1%). Como sabemos, o ano de 2020 foi um ano atípico que deixou como rastro diversas transformações, dentre elas no segmento de comunicação. Por conta do isolamento social, as conexões via internet e telefone se tornaram vitais para que as pessoas continuem em contato com familiares e amigos, além das possibilidades de trabalho home office, aulas on-line ou novas estratégias de comércio.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – 1º bimestre de 2020 e 2021

Setor Econ. e Grupo de Atividade	1º Bimestre		Var. Absoluta (b)-(a)	Var. % (b)/(a)
	2020 (a)	2021 (b)		
Primário	9,81	9,99	0,19	1,90
Agricultura	1,90	2,15	0,25	13,06
Pecuária	7,16	6,85	-0,31	-4,32
Pesca e Aquicultura	0,10	0,13	0,04	41,60
Produção Florestal	0,65	0,86	0,21	32,02
Secundário	637,54	678,86	41,32	6,48
Combustível	406,00	400,63	-5,37	-1,32
Energia Elétrica	4,53	2,05	-2,48	-54,77
Indústria de Transformação	221,78	272,05	50,28	22,67
Indústria Extrativista	4,76	3,04	-1,73	-36,23
Indústria - Outras	0,46	1,09	0,62	134,25
Terciário	797,46	966,67	169,21	21,22
Combustível	99,11	94,98	-4,13	-4,17
Comércio Atacadista	207,17	267,69	60,52	29,21
Comércio Varejista	212,79	263,01	50,22	23,60
Energia Elétrica	153,84	161,83	7,99	5,19
Outros Serviços	17,36	22,44	5,09	29,30
Serviços de Comunicação	66,24	118,06	51,82	78,22
Serviços de Transporte	40,95	38,66	-2,30	-5,61
Total	1.444,81	1.655,52	210,71	14,58

Fonte: BI-SEFAZ/MA

iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020

Ao observar os resultados para as receitas realizadas no primeiro bimestre de 2021, observa-se que não há somente uma forte recuperação na arrecadação em relação ao mesmo período de 2020 (+8,4%) como há também um crescimento acima da estimativa da Lei Orçamentária Anual – LOA 2021 (+10,9%). Isso significa que para os primeiros dois meses do ano, as receitas estaduais apresentaram crescimento acima das expectativas e projeções da LOA, resultando em um ganho orçamentário de R\$ 293,4 milhões.

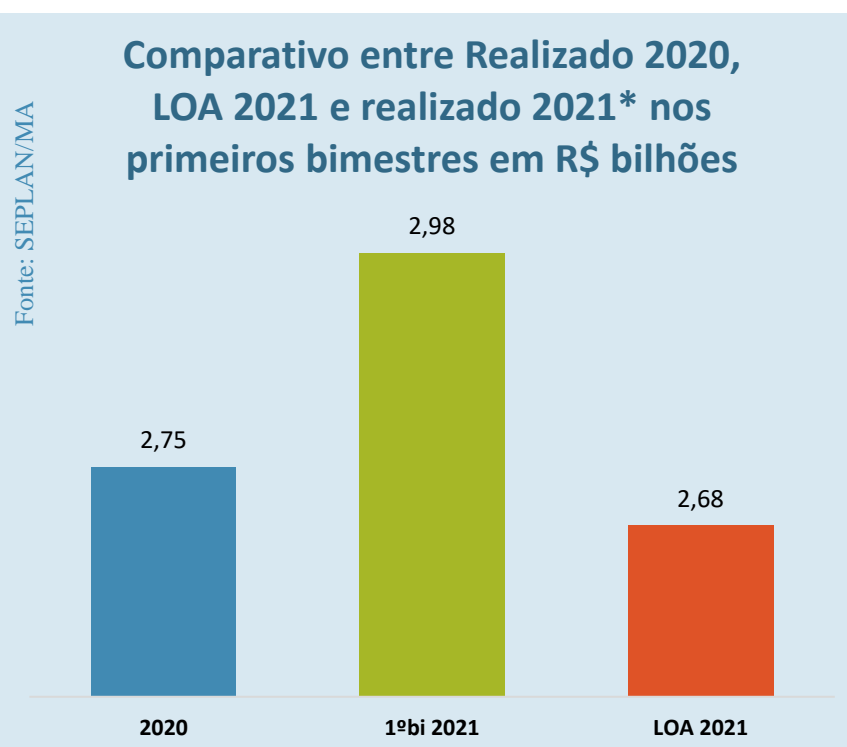
A expectativa foi superada devido ao alto grau de incerteza durante a elaboração da LOA 2021, que conta com informações até junho de 2020, dessa forma, pouco se sabia sobre a velocidade, a duração e a força da ação da pandemia sob a receita pública.

Nesse panorama atual, no que tange ao crescimento das receitas destaca-se a evolução na arrecadação de ICMS (+14,3%), do FPE (+13,8%) e das Transferências do SUS (+34%). No caso do ICMS, o crescimento se deu em parte devido a retomada gradual das atividades econômicas e em parte, de maior impacto, do aumento dos preços de combustíveis e lubrificantes que são importados e circulam no Estado. Para o FPE, a recuperação da arrecadação em nível nacional, derivado do reaquecimento da economia é o principal vetor para ampliação dos repasses, além de uma base mais fraca em 2020. No que tange ao SUS trata-se de recursos adicionais para compensar as necessidades derivadas da pandemia e da expansão das redes hospitalares e do atendimento público de saúde.

Ainda assim é primo ressaltar que os ganhos na receita são substanciais para o ano corrente, inclusive por, em 2020, o primeiro bimestre do ano ter sido o de maior arrecadação, desta forma, as expectativas para a receita estadual no decorrer de 2021 reverterem para um panorama mais otimista.

Pelo lado das perdas de receita, o realce deve ser dado para as transferências do FUNDEB que totalizam a perda de R\$ 147,8 milhões (-41,5%), essa diferença é em parte derivada da mudança da reforma do FUNDEB realizada em 2020 através da [Lei Ordinária nº 14113/2020](#) e da manutenção das atividades de forma remota.

Deve-se atentar também, que o crescimento das receitas não implica em resultados fiscais melhores, tendo em vista a continuidade de manter as políticas públicas anticíclicas para combater a COVID-19, acelerar, fiscalizar a vacinação e sua distribuição dentro do Estado e manter a estrutura hospitalar e de atendimento voltado para a saúde que se ampliou drasticamente para enfrentar a pandemia, elevando o custeio mensal conforme mencionado no RTF do 6º bimestre de 2020.





GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Comparativo 1º bimestre 2020, 1º bimestre estimado LOA 2021 e 1º bimestre realizado 2021. Excesso e Frustração em relação ao orçado e crescimento em R\$ e variação em (%).

Principais receitas	1º bimestre 2020 Realizado	1º bimestre 2021 Realizado	1º bimestre LOA 2021	Excesso/Frustração (LOA x Realizado)	Crescimento 2021/2020	Var (%) 2021/2020
ICMS	925.979.913,66	1.058.368.298,89	829.390.391,08	228.977.907,81	132.388.385,23	14,3%
IR	51.205.927,47	115.925.260,20	94.213.248,71	21.712.011,49	64.719.332,73	126,4%
ITCD	3.497.426,88	4.099.729,62	2.174.222,17	1.925.507,45	602.302,74	17,2%
IPVA	58.659.453,09	53.551.196,40	64.461.725,24	- 10.910.528,84	- 5.108.256,69	-8,7%
CIDE	4.647.128,64	2.357.580,05	5.203.558,95	- 2.845.978,90	- 2.289.548,59	-49,3%
Taxas	63.395.301,27	57.486.572,02	75.340.671,20	- 17.854.099,18	- 5.908.729,25	-9,3%
FPE	1.200.135.069,82	1.365.690.841,04	1.165.647.074,14	200.043.766,90	165.555.771,22	13,8%
FUNDEB	356.061.072,04	208.264.816,53	368.426.275,56	- 160.161.459,03	- 147.796.255,51	-41,5%
SUS	83.550.070,79	111.983.805,22	79.455.672,08	32.528.133,14	28.433.734,43	34,0%
Total	2.747.131.363,66	2.977.728.099,97	2.684.312.839,13	293.415.260,84	230.596.736,31	8,4%

Fonte: SEPLAN/MA

b. Despesas

Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 1º bimestre de 2020 e 2021 e mês de fevereiro – Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Despesas	Fevereiro		1º bimestre		Var. %		Var. Absoluta	
	2020	2021	2020	2021	fev. 21/ fev. 20	1º bi21/ 1º bi20	fev. 21 - fev. 20	1º bi21 - 1º bi20
Despesas Correntes	1.252,74	1.859,99	2.061,23	2.503,78	48,47	21,47	607,25	442,55
Juros e Encargos da Dívida	14,79	91,86	96,56	91,86	520,92	-4,86	77,07	-4,70
Pessoal e Encargos Sociais	744,31	847,89	1.141,80	1.278,36	13,92	11,96	103,57	136,56
Outras Despesas Correntes	493,63	920,24	822,87	1.133,56	86,42	37,76	426,61	310,69
Despesas de Capital	70,04	467,01	273,82	470,59	566,76	71,86	396,97	196,77
Amortização da Dívida	29,41	289,08	221,06	289,08	882,90	30,77	259,67	68,02
Inversões Financeiras	3,74	32,19	10,75	32,19	760,76	199,49	28,45	21,44
Investimentos	36,89	145,75	42,02	149,33	295,07	255,41	108,86	107,31
Total Geral	1.322,78	2.327,00	2.100,88	2.539,90	75,92	20,90	1.004,22	439,02

Fonte: SEPLAN

Diferentemente do ano anterior, quando no 1º bimestre a pandemia do COVID-19 ainda não havia se propagado em larga escala, o exercício de 2021 se já inicia dando continuidade aos esforços de controle da pandemia e de atenuar seus resultantes efeitos econômicos. Nesta conjuntura, o gasto público tem sido de crucial importância e isso refletiu nos números das despesas públicas, sendo evidentemente o maior destaque à área da Saúde, já que no 1º bimestre de 2021 a Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão – SES-MA empenhou a quantia de R\$ 614 milhões contra R\$ 413 milhões em 2020 no período análogo, registrando variação positiva de 48,4% nas despesas totais do órgão. Desse montante, 3,6% correspondem aos investimentos da Secretaria sendo que em 2020, os Investimentos representaram apenas 1,43% das despesas totais da SES, o que permite observar que houve variação de 282% no Investimento em Saúde em relação ao ano anterior. Compõem os Investimentos na área da saúde no 1º bimestre de 2021 a aquisição de utensílios e equipamentos (tanto hospitalares, quanto domésticos) e a reforma e ampliação da infraestrutura clínica-hospitalar, que inclui a entrega de 211 leitos hospitalares neste começo de ano bem como a montagem e estruturação do hospital estadual de campanha em Imperatriz.

Em âmbito geral, as despesas públicas do 1º bimestre de 2021, tanto correntes, quanto de capital, registraram aumento de 21,4% e 71,86% em relação ao mesmo período no ano anterior respectivamente, nas Despesas Correntes a maior variação foi encabeçada pelas Outras Despesas Correntes (+37,7%) que compreendem os mais variados tipos de gastos e, como no mês de Janeiro não houve pagamento do serviço da dívida e as despesas com pessoal não passaram por grandes aumentos devido a um

número reduzido de nomeações e progressões de cargo (em função da LC 173/2020) é natural que as demais despesas que não se encaixam em tais categorias registrem um maior crescimento, haja visto que tratam-se de despesas com auxílios, transferências à união, serviços de TI, sentenças jurídicas e custos de manutenção diversos que incluem locação de mão-de-obra, aquisição de materiais, aluguéis etc.

As Despesas com Pessoal no 1º bimestre vivenciaram crescimento de 11,96% em relação a 2020, cujo mesmo período no ano em questão registrou uma variação negativa de 20,6% em relação ao 1º bimestre de 2019, a isso se explica o fato de que atrasos no registro e formalização de tais despesas – que costumam ocorrer no começo dos exercícios – foram menos frequentes no 1º bimestre de 2021, além disso, vale ressaltar que a folha salarial dos ativos do poder executivo se manteve constante variando abaixo da inflação do período em detrimento da folha de inativos que cresce anualmente mediante a dinâmica da previdência (grande número de servidores que estão se aposentando pois já possuem a idade avançada) e a folha salarial de poderes, haja visto que possuem um “gatilho de crescimento” com base nas carreiras da União, inflação e instrumentos de planejamento.

As despesas financeiras (ou não-primárias), muito embora não tenham valores registrados no mês de janeiro de 2021, apresentaram, somente no mês de fevereiro, valores que ultrapassam o somatório do 1º bimestre no ano anterior, como é possível observar no grande crescimento entre os meses de fevereiro referente aos dois exercícios na tabela acima, à exceção dos juros e encargos da dívida, que sofreram decréscimo de 4,86% quando comparados com o 1º bimestre do ano anterior, porém, com



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

um crescimento de mais de 500% quando comparamos apenas os meses de fevereiro dos dois anos, esses pungentes crescimentos são atribuídos principalmente às variações cambiais que fomentaram um aumento da dívida o estado possui com o *Bank of America* e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que são dívidas externas e portanto, sensíveis à mudanças no câmbio.

Dentro das Despesas Financeiras, as Inversões Financeiras registraram aumento de quase 200%. No 1º bimestre de 2020, foram gastos R\$ 10,7 milhões, ao passo que o mesmo período no ano corrente registrou R\$ 32,8 milhões, esse tipo de variação do grupo das Inversões Financeiras é considerado usual, uma vez que é composto por naturezas de despesas como Aquisição de Imóveis, Constituição e/ou Aumento de Capital de Empresas etc. que são despesas irregulares e atípicas (como qualquer despesa que não seja corrente).

No 1º bimestre de 2021, as Inversões Financeiras foram integralmente compostas de Constituição e Aumento do Capital de Empresas, especialmente de economia mista, no qual foram empenhados R\$ 32,1 milhões referente à subscrição de ações da CAEMA e MAPA.

Na conta de Investimentos, na comparação entre os Primeiros Bimestres de 2020 e 2021, registrou-se variação positiva de 255%, tal variação deriva da igual característica volátil e recorrente presente em Inversões Financeiras. As ênfases do Investimento Público no 1º bimestre do atual exercício foram a aquisição de material e o empreendimento de obras públicas. No que se refere à aquisição de material, o foco se voltou à área da saúde: A SES investiu R\$ 19,3 milhões em equipamentos e utensílios médicos, crescimento de 343% quando comparamos com o 1º bimestre de 2020, porém esse aumento não surpreende quando se considera que no período em questão o país ainda não lidava com uma pandemia em estágio avançado. No que concerne às Obras de Infraestrutura, nos dois primeiros meses de 2021 foram gastos R\$ 83,7 milhões, onde é possível destacar a conservação e manutenção de rodovias, como as Rodovias Regionais de Bacabal, Balsas, Caxias, Codó, Colinas, Grajaú, Imperatriz etc., a construção da ponte de Timbiras, a pavimentação de vias urbanas em Bacabal, Trizidela do Vale, Imperatriz, Pinheiro, Santa Inês, São Luís, Vitorino Freire e Itapecuru Mirim. Importante destacar também que, ao analisar que fontes foram utilizadas para executar as despesas com investimentos no 1º bimestre, é possível perceber que a maior parte advém de recursos ordinários do tesouro (total de R\$ 100,7 milhões, com aumento de 416% em relação ao 1º bimestre de 2020) seguida dos recursos provenientes de ações e serviços públicos de saúde (total de R\$ 21,7 milhões, com aumento de 267% em relação ao mesmo período em 2020), o que denota o comprometimento da gestão para com o combate à crise sanitária.



TÓPICOS EXTRAS

1. Projeto de Lei Complementar nº 178/2021

No dia 14 de janeiro de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União, a Lei Complementar 178/2021, que busca promover o equilíbrio fiscal de estados e municípios e facilitar o pagamento de dívidas com a União. O texto estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATF) e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF).

O PATF instituído pela LC 101/2020, que objetiva reforçar a transparência fiscal dos entes subnacionais e compatibilizar as respectivas políticas fiscais com a da União, passa a ter como requisito para o ente subnacional, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) com restrições em relação à despesa de pessoal, tais como aumento, reajuste ou auxílio, proibição de concessão de qualquer vantagem ou aumento ou criação de órgão que implique em encargos novos com despesa de pessoal.

Está prevista também a criação do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), que contém um conjunto de metas e compromissos destinados a promover o equilíbrio fiscal e a melhoria das capacidades de pagamento dos entes subnacionais. O RRF, por sua vez, destina-se aos estados com graves restrições orçamentárias e financeiras. Além de poder contrair novas obrigações, os entes beneficiados poderão contar, a depender do seu perfil, com reduções escalonadas das prestações das suas dívidas, começando em 100% no primeiro exercício de vigência do programa⁴.

Em suma, a lei 178/2021 permite que os entes com baixa capacidade de pagamento voltem a contratar operações de crédito com aval do governo federal desde que eles se comprometam a adotar medidas de ajuste fiscal. O texto é resultado do Projeto de [Lei Complementar \(PLP\) 101/2020](#), aprovado pelo Senado em dezembro. O texto também apresenta outras medidas que visem reforçar a responsabilidade fiscal dos entes da federação, tal como a alteração de 70% para 60% do nível mínimo de comprometimento da receita corrente líquida com despesas de pessoal para que estados e municípios possam aderir ao regime.

2. Produção Agrícola e Safra Nacional

Como mencionado no tópico das Receitas Tributárias, o setor Primário também teve a sua influência positiva no resultado das receitas tributárias. No 1º bimestre de 2021 o setor Primário registrou crescimento de +1,90 % em relação ao mesmo período de 2020. A alta na produção nacional principalmente da Soja e da Cana-de-Açúcar explicam esta elevação.

O [Levantamento Sistemático da Produção Agrícola \(LSPA\)](#)⁷, divulgado em março de 2021 pelo IBGE, mostra que a partir de dezembro, com o retorno das chuvas, a cultura de Soja se desenvolveu de maneira satisfatória e considera-se que a estimativa de produção nacional para a safra de 2021 será 7,3% maior, o equivalente a 8,9 milhões de toneladas a mais, em relação ao ano

Além disso, abre a possibilidade de adesão a entes com despesas superiores a 95% da receita do ano anterior ao pedido de adesão⁵.

De acordo com a [Nota Informativa 4076/2021](#) da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia (STN/ME), a Lei explicitou algumas regras sobre o cômputo da despesa de pessoal que, até então, eram objeto de diferentes interpretações entre os órgãos responsáveis pela apuração e fiscalização do cumprimento dos limites. A nota destaca algumas mudanças em relação a apuração da despesa com pessoal:

- a inclusão do valor bruto das despesas com pessoal no cômputo do limite, sendo vedada a desconsideração de valores retidos ou outras deduções, excetuado apenas o abatimento para adequação da remuneração dos servidores ao teto constitucional (CF/88, art. 37, XI);
- a não dedução, para fins de limite, das despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência;
- a inclusão das despesas com inativos e pensionistas junto ao limite do Poder e órgão de origem do servidor, independente do órgão responsável pelo pagamento do benefício.

Destaca-se que o art. 15 da LC 178 concedeu, para os Poderes e órgãos que estiverem acima do limite no final do exercício de 2021 um prazo de 10 anos para reenquadramento, com redução do excedente em 10% a cada ano, a partir do exercício de 2023. O §3º também suspendeu, para o exercício de 2021, a aplicação dos prazos de reenquadramento previstos no art. 23 da LRF, denominado de regime temporário de enquadramento. Além disso, os Estados também passaram a ter novos prazos para envio das contas à Secretaria do Tesouro Nacional: prazo até 31 de maio de 2021 para envio das contas referentes ao exercício de 2020 e limite até 30 de abril de 2022 para envio das contas referentes ao exercício de 2021⁶.

anterior. Atrelado a isto, a demanda aquecida e a alta do dólar têm favorecido a comercialização da oleaginosa e incentivado os produtores a aumentarem o plantio. Dentro do estudo realizado, o Maranhão destacou-se no crescimento da produção em 2,9% em 2021.

Em relação ao cultivo da Cana-de-Açúcar no Maranhão, conforme o 1º levantamento do [Acompanhamento da Safra Brasileira da Cana-de-Açúcar \(Safra 2021/22\)](#), divulgado pela Conab, a safra no Estado tem sido favorecida pelas condições climáticas registradas ao longo do ciclo. Ainda de acordo com o estudo, a estimativa é de uma produção em torno de 2,2 milhões de toneladas até dezembro de 2021, impactando diretamente no rendimento da cultura.

⁴ Projeto de Lei Complementar nº 101 de 2020. Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8914591&ts=1613740271660&disposition=inline>.

⁵ Nova lei busca equilibrar dívida de estados e municípios com a União. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/14/nova-lei-busca-equilibrar-divida-de-estados-e-municipios-com-a-uniao>.

⁶ Novas regras e prazos para o cômputo do limite de gastos de pessoal da LFR. CNM. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/atencao-novas-regras-e-prazos-para-o-computo-do-limite-de-gastos-de-pessoal-da-lfr>.

⁷ O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA fornece estimativas de área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de produtos selecionados com base em critérios de importância econômica e social para o País. Ele permite não só o acompanhamento de cada cultura investigada, desde a fase de intenção de plantio até o final da colheita, no ano civil de referência, como também o prognóstico da safra do próximo ano, para o qual é realizado o levantamento nos meses de outubro, novembro e dezembro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html>.

